

LUGAR DE FALA: Brancos(as) podem falar sobre racismo? *SPEECH PLACE: Can white talk about racism?*

Guilherme Martins dos Santos¹, UMFG - Cianorte, stevingui@gmail.com

Dante Luis Tonezer², UMFG - Cianorte, dante.tonezer@umfg.edu.br

Resumo: Lugar de fala está muito longe de ser uma exclusão de discursos, mas sim uma categoria de análise de experiências singulares e/ou compartilhadas. Dessa forma, sua compreensão se torna essencial para trazer tanto discursos de pessoas brancas quanto de pessoas negras no que diz respeito ao racismo, visto que cada pessoa é impactada de diferentes formas em relação a esse fenômeno. Sendo a pessoa negra aquela que sofre a opressão e a pessoa branca a que se beneficia da mesma, ambas as realidades foram construídas a partir de um processo histórico que estabeleceu quem tem as regalias e quem não, dentro de uma hierarquia racial. Portanto, entender o local de fala da pessoa branca é igualmente visualizar que em seu discurso também há alguém racializado. Logo, diferentemente de uma pessoa negra, o sujeito branco dentro do racismo estrutural, possui maior acesso à educação, saúde, entretenimento, recursos e oportunidades. Portanto é imprescindível que, para que ocorra uma luta antirracista, o branco se volte para sua própria branquitude e consequentemente o seu lugar social, pois é através dele que se pode verdadeiramente participar do movimento antirracista.

Palavras-chave: Lugar de Fala; Negritude; Branquitude; Racializado; Hierarquia.

Abstract: The place of speech is far from being an exclusion of discourses, but rather a category for analyzing singular and/or shared experiences. In this way, understanding it becomes essential to bring forth both the discourses of white people and black people regarding racism, as each person is impacted in different ways in relation to this phenomenon. The black person is the one who suffers oppression, while the white person benefits from it; both realities were built from a historical process that established who has privileges and who does not, within a racial hierarchy. Therefore, understanding the speaking position of a white person is also to recognize that in their discourse there is also someone racialized. Thus, unlike a black person, the white subject within structural racism has greater access to education, health, entertainment, resources, and opportunities. Therefore, it is crucial for an anti-racist struggle that white people turn to their own whiteness and consequently their social place, for it is through this that one can truly participate in the anti-racist movement.

Keywords: Place of speech; Blackness; Whiteness; Racialized; Hierarchy

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo a análise do livro “Lugar de fala” escrito por Djamila Ribeiro (2019). A leitura de tal obra foi importante devido ao vídeo: LUGAR DE FALA E A CONFUSÃO QUE SE FAZ – Entrevista portal Pheeno parte 2/3, do canal Tempero Drag (2022). Antes de adentrarmos a essa discussão, é importante indicarmos algumas problemáticas sobre “Lugar de Fala”. Nesse sentido Guilherme Terreri (dono do canal Tempero Drag) discute com o apresentador, Thiago Araujo, sobre o conceito de Lugar de Fala. Terreri traz a perspectiva de que algumas pessoas não possuem seu entendimento, compreendendo muitas vezes que apenas pessoas com determinadas vivências podem debater sobre determinados assuntos, por exemplo, como citado no vídeo, comentários de pessoas que afirmam para Renato Shippe – criador da personagem Karen Kardashia na rede social Instagram – parar de opinar sobre estupro pois quem deve falar não é um homem cis, mas sim, uma mulher que vivenciou o ocorrido. Em contrapartida, Ribeiro (2019) explica que Lugar de Fala não significa excluir discursos, mas sim analisar de onde este discurso está vindo, ou seja, quem, onde, como e quais os marcadores sociais dessa fala. Sendo esses marcadores categorias como: raça, gênero, etnia, sexualidade, classe social, econômica,

¹ Graduando em Psicologia pela UMFG – Cianorte.

² Doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do Curso de Psicologia da UMFG-Cianorte.

política etc. Portanto, para compreender este Lugar de Fala, afunilaremos o conceito a partir de três principais categorias: racismo estrutural, branquitude e negritude, abordando de forma sucinta suas origens e consequências para responder a seguinte questão que toma o subtítulo do resumo: Brancos(as) podem falar sobre racismo?

É fundamental compreender que os conceitos de branquitude e negritude são discutidos em diferentes espaços e tempos. Dessa forma, no contexto brasileiro, a branquitude e negritude se constroem de forma dialética a partir do racismo estrutural. O mesmo segundo Bersani (2018) é segmentado devido a um processo histórico e político que desumaniza o sujeito negro enquanto o branco era enaltecido, universal e padrão. Assim, para entendermos esse processo é necessário delinear o que estamos referindo enquanto “raça”.

Bersani (2018) discorre que a raça não se trata de algo biológico, mas histórico, social e político. Ela é construída a partir do modo de produção escravista africana desempenhada pelos colonos europeus. Essa mesma mão de obra se manteve firme até os anos de 1887. Apenas em 1888, de forma tardia comparada a outras nações, que o Brasil aboliu a escravidão. No entanto, mesmo após a libertação não houve qualquer tipo de plano interventivo na inserção desses sujeitos, outrora escravos, na sociedade.

Após sua libertação foram objetos de estudo do “racismo científico”, por intelectuais do início do século XX como: Nina Rodrigues e Silvio Romero (apud Napolitano, 2016), para justificar que o Brasil era atrasado enquanto civilização, já que pessoas negras representavam os aspectos mais nocivos do país para essas figuras (todas brancas de origem europeia) como a preguiça, o crime e as doenças. Segundo o mesmo autor, os mestiços também eram um mal a ser combatido pois esses seriam o motivo de rebaixamento do branco, sendo até pedido uma intervenção do Estado por tais teóricos para interditar os casamentos inter-raciais e até mesmo afastar e isolar esses grupos considerados inferiores. Em comparativo com acontecimentos de mais de um século Mirande e Santos (2021) nos trazem dados do IBGE do ano de 2018 que demonstra a desigualdade entre brancos e negros seja na diferença salarial ou a diferença entre aqueles que concluíram o ensino médio ou saíram da escola, sendo uma taxa muito menor de pessoas negras do que brancas. Portanto, assimilar tais questões evidencia a importância em compreender o Lugar de Fala das pessoas brancas enquanto parte da luta contra o racismo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como principais objetos de análise os conceitos de Branquitude e Lugar de Fala. Para tal utilizou-se o vídeo: LUGAR DE FALA E A CONFUSÃO QUE SE FAZ – Entrevista portal Pheeno parte 2/3, disponível na plataforma *YouTube*, juntamente de materiais bibliográficos, sendo os principais deles: Ribeiro (2019), Bento (2022) Larazo & Cerezo (2024) e Ferreira (2006). Como fontes complementares os(as) autores(as): Mesgravis (2015), Napolitano (2016) e Bersani (2018) que trazem sobre a história racial do Brasil Colônia e República dentre outros materiais bibliográficos.

3 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Para compreender o processo de racialização e sua relação com o Lugar de Fala, não pode ter seu início se não pela escravização dos povos africanos no Brasil. Esta escravidão se inicia pela substituição da mão de obra indígena, que foi iniciada a partir do século XV com a “descoberta” do “Novo Mundo”. A partir disso, os primeiros contatos entre portugueses e as pessoas nativas da América do Sul tiveram como princípio o comércio, com os lusos trocando seus produtos como tecidos, e acessórios com os indígenas, em troca dá sua mão de obra para coletar recursos naturais, como o pau-brasil (Mesgravis, 2015). Em meados de 1520, povos indígenas começaram a vender outros nativos conquistados como escravos para os portugueses em troca desses mesmos recursos

segundo o historiador português, Jaime Cortesão (apud, Mesgravis, 2015). Esse relacionamento se sustentou durante os anos de 1560-1562 no recôncavo Baiano, e fez com que mais de 10 mil indígenas morressem devido à baixa imunidade frente as doenças trazidas da Europa. Aqueles que sobreviviam, acabavam por transmitir essas mesmas doenças para outras pessoas nativas.

Outra questão importante em ressaltar é a grande quantidade de retaliações dos nativos contra os colonos. Frente as oposições dos povos nativos, os lusos optaram pela mão de obra escrava africana, já que tinham maior imunidade (anticorpos) as doenças europeias devido ao contato já estabelecido entre os povos europeus e africanos desde o império Romano no Norte da África. Outra justificativa pela mudança de mão obra é que não haveria tantas fugas de escravos devido ao “Novo Mundo” ser um ambiente completamente desconhecido para esses cativos vindos de África. Dessa forma, Portugal se beneficiava dos seus “parceiros africanos” que vendiam escravos de grupos derrotados para os colonos, em troca de armas e objetos vistos como luxuosos na época. Portanto, para uma melhor aceitação social, os povos escravizados perdiam a sua humanidade e eram tratados como não humanos pelos colonos que se descreviam como o ápice da civilização (Mesgravis, 2015). Vale ressaltar que a questão de inferiorizar a “raça negra” só ficou mais evidente a 500 anos, já que antes disso a escravidão estava muito ligada a submissão de povos conquistados, não se importando tanto com a cor ou raça (Mesgravis, 2015):

Apenas em 1888 que a mão obra escrava foi abolida através da Lei Áurea, decretada pela princesa Isabel. Todavia, mesmo com os escravos sendo agora “homens libertos”, estes foram afastados dos centros urbanos devido ao processo de higienização, que tinha por objetivo acabar com as mazelas da sociedade chamadas de “vícios morais”, como a prostituição e o alcoolismo. Tal ação não tinha como foco resolver as causas dessas mazelas, mas sim afastar as populações mais pobres dos centros urbanos, para que estes – os centros urbanos – se desenvolvessem e as pessoas vistas como “inferiores” fossem ajustadas socialmente (Napolitano, 2016).

Durante o governo de Rodrigues Alves (apud, Napolitano, 2016) que obrigava a expulsão de pessoas pobres, em sua maioria negras, para longe das áreas urbanas. Estas acabavam indo parar nos morros as margens das cidades. Da mesma forma, a falta de recursos afastava essas populações da educação, principalmente pela necessidade de trabalhar desde crianças para sobreviver, além de que muitas escolas não aceitavam pessoas ditas “de cor”, por estas não se adequarem a intelectualidade de uma pessoa branca. Nessa época, e até aproximadamente 1920, existiam estudos que justificavam a baixa intelectualidade do Brasil correlacionando esse aspecto aos povos subalternos (negros, pardos, indígenas, amarelos e mestiços). Além de culparem os mesmos por sua própria pobreza. Foi a partir do Brasil Novo entre 1920-1950 que se iniciou uma luta por parte desses indivíduos marginalizados em busca de uma igualdade racial. Ao mesmo tempo, havia dentro desses grupos discursos identitários com base nas heranças africanas na Bahia além de outros discursos que Napolitano (2016) escreve “Em comum a todos os grupos e discursos da militância negra, havia a crítica ao racismo, à desigualdade de oportunidades e ao preconceito” (p. 106). Estes mesmo discursos deram escopo ao que hoje conhecemos como movimento de Negritude.

O conceito de negritude utilizado nos dias de hoje no Brasil se dá a partir dos dicionários de Aurélio (apud Ferreira, 2006) ao qual se definiam pela condição da raça, bem como a busca pela própria subjetividade negra que foi arruinada pela cultura branca durante a fase pré-colonial e colonial. E também o dicionário de Hauies (apud Ferreira, 2006, p. 8) “1. qualidade ou condição de negro; 2. sentimento de orgulho racial e conscientização do valor e riqueza cultural dos negros”. Já nas proximidades da Europa, podemos olhar para esse conceito a partir de Césaire (apud Munanga, 2025) que a define em três palavras: identidade, fidelidade e solidariedade. De forma sucinta e respectiva, a primeira se refere ao orgulho da condição de ser negro; a segunda é a prioridade em um contato com a suas origens/ancestralidade; e a terceira, e última, é o sentimento que liga todas as pessoas negras do mundo. Está mesma definição de Césaire (apud Munanga, 2025) é semelhante a outra conceituação da negritude enquanto ambígua, sendo está de forma mítica ou ideológica. Respectivamente, a mítica refere-se novamente ao contato com a ancestralidade africana antes de

ser exterminada pela colonização. Já a ideológica, parte de esquemas de ação em impor essa negritude de forma agressiva ao branco Lecherbonnier (1977, apud Munagnga, 2025). A partir desses diversos conceitos, entende-se então que o conceito de negritude parte de um movimento na busca por entender e igualmente se orgulhar enquanto pessoa negra, em buscar a sua ancestralidade e a partir disso gerar discursos que, além de valorizar a cultura africana, também criam uma identidade comum.

Em paralelo a essas definições de negritude, os autores Larazo & Cerezo (2024) explicam sobre o conceito de Branquitude Acrítica, enquanto a ideia de universalização do sujeito branco como padrão, ideal e ápice da humanidade. Os autores também apontam que a pessoa branca, nesse sentido, muitas vezes não se reconhece como sujeito racializado, mas contraditoriamente se considera superior a pessoas não brancas. Larazo & Cerezo (2024) também apontam sobre a Branquitude Crítica, que compreende o grupo de pessoas brancas que desaprovam atos racistas explícitos, porém, não refletem sobre sua própria racialização e privilégios de raça. Gabriel (2021) de maneira similar explicita esse conceito ao escrever que “O branco é desleixadamente esquecido de ser posicionado no mundo. Esquecido de ser racializado. Esquecido da necessidade de ser branco, em detrimento daquele que é sempre lembrado por ser negro” (p. 22). Essa mesma Branquitude para Bento (2022) é um pacto não verbal feito entre essas pessoas brancas, em que se mantem certos privilégios independente de condições econômicas ou sociais, esse mesmo pacto tem como componente a autopreservação de se proteger do que é diferente, que ameaça o “normal” ou o universal dentro de instituições para se manter esse privilégio entre as pessoas brancas. Essa necessidade de defesa é evidenciada quando Bento (2022) escreve que os brancos não questionam o mito da meritocracia, ou seja, os diferentes acessos a recursos e oportunidades entre vários grupos raciais, essa defesa também aparece ao se defrontarem com não brancos no poder dentre outros fatores que não só desafia suas autoridades como evidenciam o racismo. Logo, esse pacto e fragilidade indica a falta de compreensão da responsabilidade de pessoas brancas frente ao racismo. Essa mesma importância de responsabilidade e principalmente de uma pluralidade de discursos é escrita pela autora Ribeiro (2019):

Não demarcar esses lugares e seguir ignorando que existem pontos de partidas diferentes faz com que mulheres brancas, por exemplo, continuem incapazes de perceber sua responsabilidade com a mudança social e, conseqüentemente, reproduzem opressão contra as mulheres negras (p. 155).

Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2019) explica que apenas a partir de diferentes perspectivas que se pode iniciar um movimento de mudança para a igualdade e equidade. Porém, é importante frisar que a autora explica que o importante não é apenas a vivência individual, mas também como essa experiência partilha semelhanças com outros grupos, ao gerar um senso de coletivo. Isto porque estas mesmas realidades possuem seu lugar social, por exemplo, a pessoa negra poderá passar por experiências com o racismo a partir da opressão, enquanto um sujeito subalternizado que tem uma origem africana que, por sua vez, possui uma matriz colonial escravocrata, essa mesma vivência também é semelhante as opressões sofridas pelo grupo dos afrodescendentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante voltar a pergunta: Brancos(as) podem falar sobre racismo? A partir de tudo que foi apresentado neste trabalho caminhamos com a resposta de que sim! Não só podem como é essencial o seu discurso sobre o mesmo fenômeno, pois, a pessoa branca parte justamente do lugar de quem se beneficia dessa opressão independente dos seus marcadores sociais. Mesmo se for um sujeito anti-racista, esse mesmo privilégio advindo do racismo está muito além de questões como não ser seguido no shopping, não ser tratado como criminoso à primeira vista ou ser inferiorizado pela cor da pele. Está na facilidade de acesso a recurso como: saúde, educação, oportunidades de

trabalho etc. Todas essas regalias são consequência não apenas do racismo estrutural, mas de um pacto não verbal entre brancos para manter a sua branquitude através das instituições de controle político-sociais. Portanto um discurso deve ser analisado não apenas para evidenciar as desigualdades entre sujeitos brancos e negros, mas também para que ambos se tornem aliados contra toda a forma de racismo. Se o branco possui uma facilidade e capacidade de utilizar de instituições para manter o seu privilégio, porque não esse mesmo branco utilizar, a partir dessas facilidades, essas mesmas instituições para atingir um estado de equidade? Obviamente é uma questão que não cabe ser respondida no presente trabalho, mas, que serve como uma proposta para estudos e discussões futuras.

REFERÊNCIAS

BERSANI, H. **Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil**. Revista Extraprensa, v. 11, n.2, p.175-196, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025>. Acesso em: 9 de junho de 2025.

Gabriel, N.L.D. **A liberdade em Frantz Fanon: a existência aos olhos dos condenados**. Guarapuava: Editora Apolodoro Virtual Edições, 20 de julho de 2021.

FERREIRA, L.F. “Negritude” “Negridade, “Negrícia”: história e sentidos de três conceitos viajantes. Via Aatlância, v. 7, n. 1, p. 163-184, 2006

LAZARO, R.S. CEREZO, I. **O LUGAR DA BRANQUITUDE NO ENFRENTAMENTO DORACISMO ESCOLAR: um diálogo necessário**. CAOS–Revista Eletrônica de Ciências Sociais. João Pessoa, v. 2, n.33, p. 153-174, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/70697>. Acesso em: 8 de maio de 2025.

MESGRAVIS, L. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Editora Contexto. 1. ed. 1 de agosto de 2015.

MIRANDA, L. SANTOS, J.F. **Notas sobre branquitude, privilégios e negação do racismo. Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, v. 2, n. 8, p. 120-141, 2021. Acesso em: 17 de junho de 2025. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/view/13428>

MUNANGA, K. **NEGRITUDE: Usos e sentidos**. São Paulo: Editora Autêntica, 30 de setembro de 2019.

NAPOLITANO, **História do Brasil República: Da queda da monarquia ao fim do estado novo**. São Paulo: Editora Contexto. 1. ed. 1 de setembro de 2016.

PEREIRA, A.O. **O que é lugar de fala?**. Leitura: Teoria e Prática, v. 36, n. 72, p. 153-156, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ltp/v36n72/2317-0972-ltp-36-72-153.pdf>. Acesso em: 8 de maio de 2025.

Ribeiro, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 10 de abril de 2019.

TEMPERO DREG. **LUGAR DE FALA E A CONFUSÃO QUE SE FAZ – Entrevista portal Pheeno parte 2/3**. YouTube. Duração: 22 minutos e 19 segundos. 2022. Disponível em: Acesso em: 8 de maio de 2025.